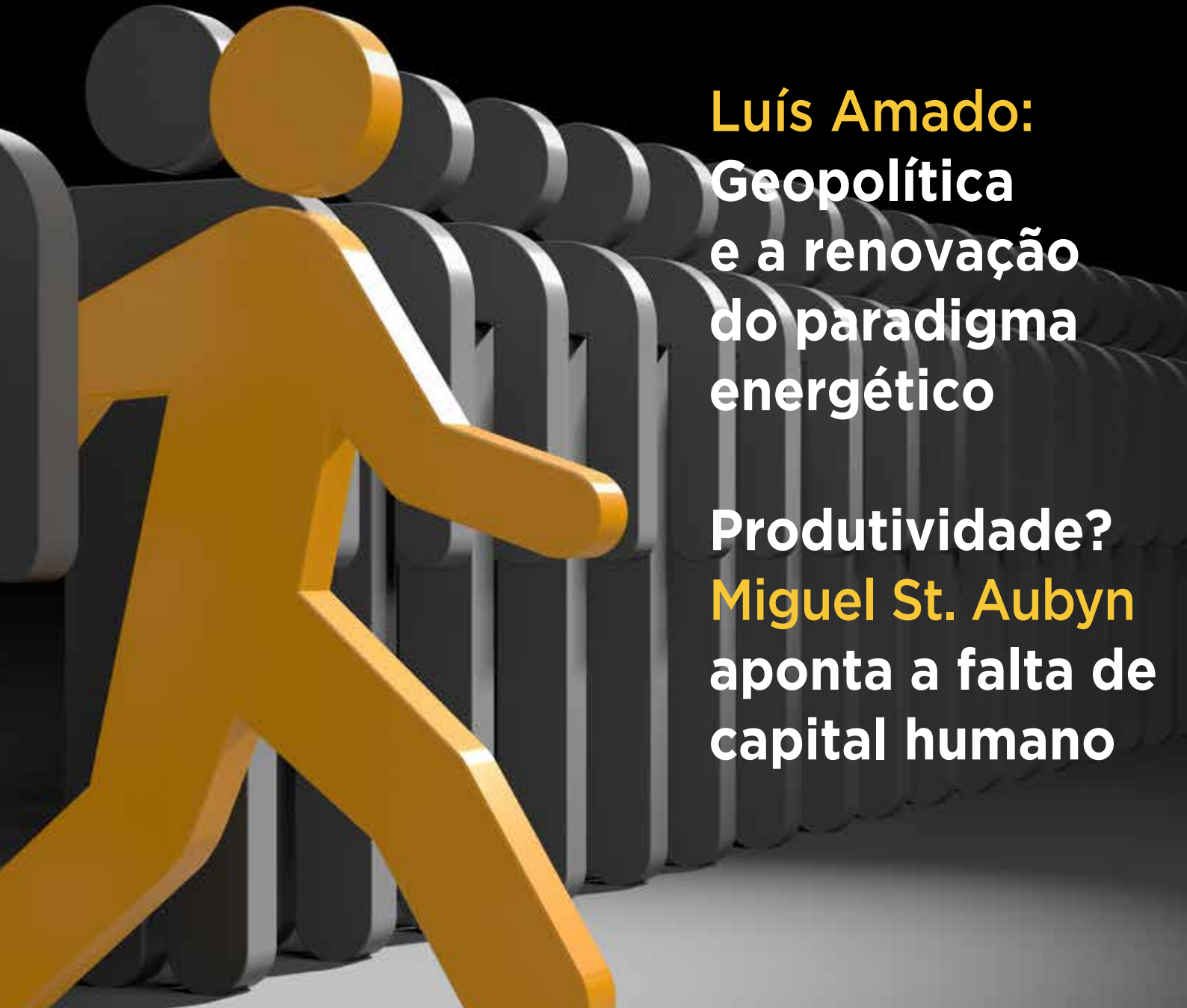


OPORTUNIDADES DE
NEGÓCIO INTERNACIONAIS

APOIO ÀS PME NA
INTERNACIONALIZAÇÃO

ne NEGÓCIOS&EMPRESAS

Nº 1 . NOVEMBRO . 2019
www.aip.pt



Luís Amado:
Geopolítica
e a renovação
do paradigma
energético

Produtividade?
Miguel St. Aubyn
aponta a falta de
capital humano

INQUÉRITO. LEI DA GREVE E PRODUTIVIDADE
Andrade Tavares e Hélder Teixeira

ESTATUTO EDITORIAL

Com periodicidade trimestral, a revista NE Negócios & Empresas é uma publicação exclusivamente digital, difundida em formato pdf. É orientada no cumprimento rigoroso das normas éticas e deontológicas do jornalismo, assim como pela boa fé dos seus leitores.

A NE Negócios & Empresas dirige-se às PME, com especial destaque aos associados da AIP. A atividade empresarial e as políticas públicas que a condicionam serão valorizadas.

Centrada nas preocupações e necessidades das empresas, o seu conteúdo editorial privilegiará matérias que possam concorrer para o aumento das exportações, o incremento da competitividade da economia, a fluidez da concorrência e a redução da despesa pública.

Dará destaque às boas práticas de dinâmicas empresariais nas áreas da internacionalização, empreendedorismo, redimensionamento empresarial e inovação.

SUMÁRIO

NOVEMBRO 2019

3
EDITORIAL

4
INQUÉRITO



18/19
OPEN DAYS



8
EMPRESAS EM DESTAQUE

14
OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

17
PROGRAMAS DE APOIO A EMPRESAS

20
INFORMAÇÃO ECONÓMICA

23
FISCALIDADE

26
LIVROS



PROPRIEDADE E SEDE DE REDAÇÃO: Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria
Praça das Indústrias, 1300-307 Lisboa | Tel.: 213 601 00 | e-mail: dci@aip.pt

DIRETOR José Eduardo Carvalho . **EDITOR** João Pedroso . **REDAÇÃO** Manuela Freitas, Vitor Cunha
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Benvinda Catarino, Maria João Quiaios, Paulo Caldas

DESIGN GRÁFICO Maria Carla Homem . Número de registo provisório na ERC: 127351 . Periodicidade Trimestral

EDITORIAL



JOSÉ EDUARDO CARVALHO

PRESIDENTE DA AIP

A revista NE – Negócios & Empresas passa a partir de hoje a ser feita em formato digital. Apesar das inevitáveis adaptações que tal provoca no seu conteúdo e formas de expressão, não se afastará dos parâmetros comunicacionais que caracterizaram os números anteriores:

- Reflexão sobre temas económicos e sociais que enquadram a atividade empresarial;
- Reconhecimento social da função empresarial e empreendedora;
- Destaque às boas práticas de gestão;
- Não servir de instrumento de promoção do dirigismo institucional;
- Não se centrar na divulgação exaustiva das realizações e eventos da AIP.

Espera-se que esta nova fase da revista NE – Negócios & Empresas reproduza os contributos da anterior.

INQUÉRITO

1

Tendo em conta a emergência de um novo sindicalismo, mais reivindicativo, considera necessário rever a lei da greve?

A conveniência da revisão da lei da greve não decorre da “emergência de um novo sindicalismo, mais reivindicativo”, mas da disfuncionalidade da referida lei, no ambiente económico e mercado global em que as empresas portuguesas se inserem.

O tal “novo sindicalismo” apenas mostrou que, tendo em vista a necessária subordinação dos interesses de grupos sociais particulares ao bem geral dos cidadãos e das empresas, e dada a efetiva falta de regulamentação da figura constitucional da greve, se torna necessário fazer apelo direto a preceitos constitucionais que considerem a relevância hierárquica dos diversos bens jurídicos em presença.

Com a atual lei, a eventual renúncia a esta abordagem constitucional pode conduzir a que a generalidade dos cidadãos se sujeite a ficar violentamente



ANTÓNIO ANDRADE TAVARES

RENOVA

afetada por um grupo restrito e ultraminoritário de ativistas em luta por interesses específicos.

É exatamente para dispensar o apelo direto e frequente à Constituição da República que existem as leis ordinárias. Estas sim, com a sua conformidade com as normas constitucionais salvaguardada.

No caso português atual, o problema existe porque a lei da greve é praticamente vazia de regulamentação, o que aliás é responsabilidade da própria Constituição ao estabelecer que “Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito” (CP, artigo 57º-2).

Em conclusão: é sobretudo a Constituição Portuguesa que primordialmente carece de revisão, pelo menos neste particular.

2

Quais, na sua opinião, as duas medidas mais importantes para as empresas que o novo governo deveria assumir como prioritárias?

Não julgo adequado estar a referir duas medidas desgarradas. O que posso dizer é que todos os Governos devem ter como preocupação maior reduzir os entraves e custos por si criados às empresas, nomeadamente os burocráticos e fiscais. E, se o fizerem, têm na sua mão, não duas medidas a tomar, mas inúmeras matérias com que se ocupar.

INQUÉRITO

3

Para além da falta de investimento, Miguel St. Aubyn justifica a fraca produtividade do trabalho com “uma disfunção na nossa economia: não só não graduamos um número significativo de pessoas como uma parte dos nossos graduados emigram e vão beneficiar a competitividade noutros países da Europa mais central”. Concorda?

O problema apontado decorre do círculo vicioso: um nível insuficiente de poupança das famílias e das empresas, que

condiciona o stock de capital, que condiciona o investimento em equipamentos, que condiciona a produtividade, que condiciona os salários, que reduz, face ao estrangeiro, a capacidade de competição das empresas portuguesas pelo emprego dessas pessoas.

A situação é agravada pelo facto de as pessoas em causa não serem graduadas em maior número, também por inconveniente atuação por parte do Estado. Este tem ambições de se aproximar do monopólio em matéria de educação, ao pretender descartar a concorrência privada que é normalmente mais eficaz e eficiente. Os cheques educação, emitidos pelo Estado, a serem entregues nos estabelecimentos de educação, públicos ou privados, à escolha dos pais, resolveriam isto.

É necessário quebrar o círculo vicioso: incentivando a poupança, reduzindo a fiscalidade que sobre ela incide, assim como a fiscalidade que sobrecarrega e penaliza os lucros obtidos pela atividade económica, das empresas e dos particulares, que pelo seu trabalho e capacidade mais resultados obtêm. Tal como estão as coisas, mais resultados obtidos traduz-se em maior penalização, não será absurdo?

A fiscalidade deve incidir sobre o consumo e não sobre o rendimento. E, para conseguir a necessária justiça distributiva, a fiscalidade deve ser progressiva e calculada sobre o nível individual de consumo.



LICENCIAMENTO DAS
ATIVIDADES ECONÓMICAS

REGULARIZE A **ATIVIDADE DA SUA EMPRESA**
COM O APOIO DA AIP

Contactos: licenciamento@aip.pt | 965 640 689

INQUÉRITO

1

Tendo em conta a emergência de um novo sindicalismo, mais reivindicativo, considera necessário rever a lei da greve?

Não sendo a favor de alterações legais em situação de pressão, considero antes que se mantenham e intensifiquem a articulação e cooperação entre as estruturas empresariais e representantes dos trabalhadores concretizando um diálogo que nunca terá resultados a curto prazo, mas possa efetivar práticas de resolução das diferenças, que não se limite à satisfação de interesses socio-profissionais dos envolvidos e que deva estar ao alcance do empregador.

Os empresários podem tomar a linha da frente na introdução de novos modelos de trabalho, quer seja a nível de horários, benefícios e atribuição de prémios, como tirar partido das tecnologias, reforçar a introdução de modalidades de formação, como podem ser a formação em contexto de trabalho e a formação-ação, que possam ter impactos na mobilização dos colaboradores e, naturalmente, na produtividade e competitividade das empresas.



HÉLDER TEIXEIRA

PRESIDENTE DO NERBA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO DISTRITO DE BRAGANÇA

2

Quais, na sua opinião, as duas medidas mais importantes para as empresas que o novo governo deveria assumir como prioritárias?

Exponho propostas que entendo não se pretende que impactem na economia da região que represento - Terras de Trás-os-Montes e Alto Douro, antes no dinamismo empresarial de todo o país.

a) Repensar modelo de fiscalidade empresarial em Portugal

As empresas sediadas na região de Trás-os-Montes reivindicam há muito políticas fiscais diferenciadoras que se adequem à realidade socioe-

conómica destes territórios. Os testemunhos dos micro e pequenos negócios apontam os maiores desafios e riscos na gestão do cumprimento das obrigações fiscais e administrativas das suas empresas do que dos investimentos ou da gestão comercial, como expectável - paga-se ao Estado mais do que se investe na empresa.

No entanto, a experiência na gestão empresarial e associativa leva-nos a considerar que medidas destas implicam um profundo repensar do sistema de fiscalidade para todos os agentes económicos tornando-o mobilizador da coesão territorial e justiça fiscal, incentivando desta forma a fixação de novas empresas, criando postos de trabalho e não criar mais medidas para uma região ou outra.

b) Melhorar o ambiente de promoção de negócios

Esta medida incorpora várias ideias que passam pela alteração na forma como convivem dois países com legislação e organização paralelas - o serviço público e o privado. Dever-se-á repensar profundamente numa reestruturação onde todos cumpram as suas funções para o desenvolvimento competitivo e sustentável.

O peso administrativo do Estado nas empresas torna pesado e confuso o próprio cumprimento legal. Ouvimos

INQUÉRITO

3

repetidas vezes que “é impossível cumprir com tudo o que lei exige”. As empresas estão sempre à espera de mais uma multa ou advertência pois efetivamente não conseguem acompanhar as alterações legislativas. Posso adiantar como exemplos de melhorias a considerar: Reduzir e simplificar as obrigações declarativas das empresas; analisar a legislação existente com impacto económico; avaliar a sua pertinência e adequação; não aplicar, em simultâneo, mais de um IRCT, ao nível de sector ou empresa; um maior cruzamento de informações entre diversas entidades públicas dispensado mais um comprovativo com assinatura reconhecida. Ou, ainda, algo que muito me diz respeito enquanto dirigente associativo, formalizar parcerias e protocolos de proximidade entre as estruturas associativas e o IAPMEI no sentido de agilizar respostas às empresas, desbloquear burocracias, e efetivando uma maior aproximação do apoio empresarial que lhes está inerente.

Para além da falta de investimento, Miguel St. Aubyn justifica a fraca produtividade do trabalho com “uma disfunção na nossa economia: não só não graduamos um número significativo de pessoas como uma parte dos nossos graduados emigram e vão beneficiar a competitividade noutros países da Europa mais central”. Concorda?

A afirmação assume nas Terras de Trás-os-Montes uma grande verdade. A emigração é muitas vezes impulsionada por familiares e amigos já instalados nesses outros países e este território tem uma história longa de emigração para todos os continentes!

O Instituto Politécnico de Bragança e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com mais de 30 anos de atividade nestes territórios, têm investido na maior aproximação às empresas da região promovendo dessa forma a integração de profissionais mais qualificados, processos de inovação e o desenvolvimento de novos produtos, assim como no nascimento de startups. Sem este trabalho, os indicadores a nível de exportação e de inovação

da região não teriam crescido. No entanto, o impacto na fixação de pessoas não é o desejável; as Terras de Trás-os-Montes perderam população.

Constata-se que as empresas procuram não tanto graduados, mas antes competências ou certificações intermédias e técnicas de profissionais que não encontram! As próprias empresas têm investido no desenvolvimento de competências das suas próprias equipas ou encontram outras instituições da região que formam nalgumas áreas técnicas que evidenciam indicadores de empregabilidade muito positivos.

Outra constatação passa pelo facto de 98% das empresas deste território (indicador mais elevado mas não desajustado dos dados que caracterizam o país) serem micro e pequenos negócios! Este perfil de empresas não consegue assegurar os melhores salários, oportunidade de gestão de carreiras em pouco tempo. Os graduados esperam uma integração social muito acima do que estes micro negócios conseguem cumprir num menor período de tempo entre a sua integração e a evolução na empresa.

Ainda de referir que muitas profissões têm uma imagem no mercado de trabalho pouco atrativa levando que muitas famílias pressionem para a frequência de uma formação superior, iludindo-os com uma expectativa que não se poderá concretizar.

NORCEP VAI CONSTRUIR O FOZ CÔA STORY HOUSE

O empreendimento Foz Côa Story House, no centro histórico de Foz Côa, vai ser construído pela **Norcep**. A obra representa um investimento de dois milhões de euros e tem um prazo de execução de 18 meses.

O projeto foi elaborado pelo ADVD - Atelier de José David Silva, de Moimenta da Beira, e resultou de um concurso de ideias promovido pelo município.

O objetivo da empreitada é reabilitar a Casa dos Almeidas para criar um hotel rural de quatro estrelas, com dez quartos, restaurante e 'wine bar', e também um centro interpretativo da história do concelho.



O equipamento vai contar a história de Vila Nova de Foz Côa e dos seus produtos mais característicos: o vinho,

o azeite, o xisto e a amêndoa, através de conteúdos interativos.

PME Líder, a Norcep Construções S.A. tem sede em Vila Real e exerce a atividade há cerca de 30 anos. ■



GRUPO CENTENÁRIO JAP INVESTE 8,8 MILHÕES E CRIA MAIS 50 EMPREGOS EM PAREDES



Com 115 anos de existência e mais de 1.500 trabalhadores, representando marcas como a Renault, Dacia, Nissan, BMW ou a Audi, entre outras, além de gerir a “megastore” de viaturas seminovas Matrizauto, o **Grupo JAP** vai investir mais 8,8 milhões de euros no concelho em que está sediado, através de duas das suas empresas, a JAPGest e a Mycarcenter, e criar mais 50 postos de trabalho.

O investimento maior, de 4,8 milhões de euros, estará a cargo da JAPGest e destina-se à instalação de um centro de serviços centrais, comercial e



industrial do grupo, através da criação da nova unidade JA-Pimobili - Gestão Imobiliária, a qual obrigará à afetação de cerca de 250 trabalhadores da organização para desenvolverem serviços partilhados.

O outro investimento, industrial, no valor de 4 milhões



de euros, ficará a cargo da Mycarcenter, empresa do grupo vocacionada para a preparação automóvel. Pretende criar no concelho uma unidade para a instalação de um centro de serviços centrais e administrativos, comercial e industrial, mantendo 150 postos de trabalho e prevendo a criação de 50 novos empregos.

O Grupo JAP iniciou a sua atividade em 1904 na cidade de Marco de Canaveses. É representante das marcas Renault, Dacia, Nissan, Bmw, Volkswagen, Mitsubishi, Audi, Man e Sixt. ■

TOOLPRESSE CRESCE NA INDÚSTRIA AUTOMÓVEL

Criada em 2001 para responder às necessidades crescentes da indústria automóvel, a **Toolpresse** - Peças Metálicas por Prensagem, Lda, com unidade fabril em Vendas Novas, participa em projetos nacionais e europeus de I&D para aumentar a competitividade das empresas do sector.

Projeto “Safeforming - Sistema inteligente de prevenção de defeitos em componentes estampadas a frio.” A estampagem é um processo com alta cadência e com custo baixo, mas em certas circunstâncias conduz a falhas graves como o aparecimento de fissuras. A recorrência deste problema diminui a competitividade das empresas.

O objetivo do projeto é desenvolver uma metodologia para prever a ocorrência de fissuras nas diferentes fases do processo e na produção dos componentes estampados a frio.

Projeto “Tooling 4g - Advanced Tools for Smart Manufacturing”. Procura antecipar e



acelerar capacidades e soluções inovadoras para o mercado internacional no âmbito do cluster Engineering & Tooling. Focado nas cadeias de valor, envolve novos moldes e ferramentas (integração), processos e tecnologias de produção e de automação, bem como novas formas de organização do sistema produtivo “tooling”.

Tem também como objetivo desenvolver várias inovações centradas sobretudo nos materiais, produtos e processos e na endogeneização das

tecnologias e paradigmas organizacionais usualmente englobadas no conceito de Indústria 4.0.

Agrega empresas oriundas dos sectores de moldes e plásticos e de software, e ainda organizações não empresariais, entre elas entidades Sistema Científico e Tecnológico Nacional, com currículo de inovação, em torno de uma indústria e cluster estratégicos.

Por último, o “Mobinov” é uma plataforma agregadora de conhecimento e competência no âmbito da indústria automóvel, destinada a promover a competitividade e a internacionalização do setor. ►



► Fornecedores Tier 2 desde o início da atividade, a Toolpress, que integra o Tecnisata Industrial Group, dedica-se sobretudo à estampagem metálica, soldadura, montagem de conjuntos, componentes para pedaleiras, travessas e chassis.

Produz peças de metal estampado, subconjuntos e conjuntos finais com soldadura. Também desenvolve todas as ferramentas para o controlo final, de forma a assegurar a qualidade dos produtos fornecidos.

A fábrica está equipada com prensas mecânicas até 600 toneladas, um alimentador automático para estampagem progressiva e estações de soldadura com braço robótico.

Equipada com software e plataformas para ambiente tridimensional, a Toolpress tem vasta experiência nas soluções de rosqueamento e cravação integradas em ferramentas progressivas. ■

LONDRES COM CAETANOBUS

A **CaetanoBus**, empresa do **Grupo Salvador Caetano**, fechou um negócio com a **Abellio**, que opera autocarros na cidade de Londres, para a venda de 34 veículos elétricos por 15 milhões de euros. Os autocarros e.City Gold entrarão em operação a partir de março de 2020. São os primeiros autocarros elétricos Caetano no Reino Unido, mas a marca está presente neste mercado há mais de 50 anos.

O e.City Gold Caetano, na versão de 10,7 m, tem capacidade para 60 passageiros com piso low floor. É um autocarro urbano 100% elétrico

co que inclui aquecimento e com zero emissões.

Os autocarros incluem diversas funcionalidades que respondem à nova Norma de Segurança para Autocarros da Transport for London, como sistemas de monitorização por câmara para substituir os espelhos retrovisores tradicionais, assistente de velocidade inteligente, sistema de alerta de veículo acústico e um design frontal renovado para melhorar a segurança dos pedestres/utilizadores da estrada mais vulneráveis.

O modelo Levante recebeu o prémio Gold Award na categoria “Making Coaches a Better Choice” nos UK Coach Awards 2018. ■



GRUPO NOV FAZ PARCERIA COM A CHINA RAILWAY TUNNEL

O **Grupo Nov** estabeleceu uma parceria com a China Railway Tunnel para as obras ferroviárias, entre elas a construção das novas linhas do Metro do Porto. Detém 60% do Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) constituído pelas duas companhias.

Esta parceria estende-se a todos os mercados onde o Grupo Nov (ex-Lena) opera, entre eles o Brasil, onde o consórcio está a finalizar uma proposta para uma linha de metro ligeiro.

A China Railway Tunnel é uma empresa do conglomerado estatal China Railway Engineering Corporation, com uma faturação equivalente a 84 mil milhões de euros e um valor na bolsa de Hong Kong de 15 mil milhões de euros.

O Grupo Nov desenvolve as seguintes áreas de negócio: Engenharia & Construção, Indústria, Ambiente & Energia, Imobiliária, Turismo, Automóveis e Comunicação.

Empresa criada na década de 50 do século passado por António Vieira Rodrigues, iniciou atividades ligadas a terraplanagens em Leiria (sede do grupo)



GRUPO NOV

tendo-se rapidamente expandido às obras públicas.

A internacionalização iniciou-se em 1998 para o Brasil, e hoje este grupo tem empresas distribuídas por três continentes (Europa, América, África). Passou por um profundo processo de reestruturação a partir de 2010, que incluiu a implementação de um novo modelo governativo.

Em 2018, a conjuntura e as condicionantes do mercado, sentidas especialmente em Portugal, levam este grupo a mudar de nome e de imagem passando a designar-se de Grupo NOV. As cinco empresas a atuar na unidade de negócio do Grupo NOV Indústria reúnem

e exibem capacidades técnicas e profissionais em diversas áreas do ramo industrial: tintas e impermeabilizantes; betão e inertes; sinalização vertical e horizontal; equipamentos, metalomecânica e transportes.

A atividade da engenharia e construção do grupo desenvolve-se a nível nacional – Portugal Continental e Arquipélagos – e internacional com presenças no continente europeu (Bulgária e Roménia), sul-americano (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Venezuela) e africano (Argélia, Angola, Marrocos e Moçambique).

Especializado na conceção, construção e gestão de obras públicas e privadas, este sector atua em diversos domínios, nomeadamente: vias de comunicação; obras de arte e estruturas especiais; ambiente, obras hidráulicas e outras infraestruturas; edifícios residenciais; edifícios não residenciais; reabilitação de edifícios; barragens e obras marítimas; outras áreas.

Esta unidade de negócio no Grupo NOV acumula um “know-how” de mais de 70 anos, com diversas obras de relevância nacional e internacional. ■

RANGEL INVESTE 750 MIL EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A **Rangel Logistics Solutions** investiu 750 mil euros num novo sistema de iluminação baseado em tecnologia LED, para melhorar a eficiência energética das suas instalações em Portugal. A empresa gere um portefólio diversificado de negócios na área dos transportes e logística.

Fundada em 2 de setembro de 1980, tem sede na Maia, 1500 colaboradores e uma receita de 175 milhões de euros. Está presente também em Angola, Moçambique, Brasil e Cabo Verde.

O novo sistema da empresa vai reduzir o consumo energético em 75% face aos 775 mil kW consumidos pela solução anterior, assente em tecnologia tradicional de incandescência.

Garante melhorias ao nível da luminosidade efetiva disponível em espaços



administrativos e de operação, não carecendo de qualquer tipo de manutenção por um período estimado de sete anos.

O sistema inteligente de iluminação utiliza mecanismos de redução de luminosidade até à sua subtração total na ausência de movimento e todas as luminárias são endereçadas individualmente por um sensor. Através de um mecanismo de comunicação ponto-a-ponto, é possível controlar, registar e comuni-

car consumos para a “cloud”, os quais serão depois analisados através de tratamento estatístico.

A iniciativa já está concluída na plataforma logística da Rangel no Montijo e arrancou recentemente nas instalações da Póvoa de Santa Iria e Alfena. Será replicada nas restantes infraestruturas da empresa em Portugal.

O projeto de eficiência energética da empresa prevê, ainda, a adoção de fontes de energia renováveis e a implementação de um sistema de gestão de consumos de energia. ■





APOIAR AS PME NA INTERNACIONALIZAÇÃO

São mais de 350 as micro e PME que a AIP acompanha no âmbito da **Enterprise Europe Network (EEN)** – da qual é membro –, uma iniciativa da Comissão Europeia que constitui a maior rede de serviços de informação e aconselhamento às empresas na Europa.

Com cerca de 600 pontos de contacto espalhados por mais de 60 países, envolvendo 3000 profissionais, os serviços prestados não têm quaisquer custos para as **empresas aderentes**. Esta rede tem como principal objetivo ajudar as PME a tornarem-se mais inovadoras e competitivas em mercados internacionais, disponibilizando-lhes informação estratégica e serviços de aconselhamento.

O apoio às PME nacionais concretiza-se através da divulgação regular de um conjunto de informações relevantes: oportunidades de negócio internacionais; legislação europeia; acesso a programas de financiamento comunitário; desenvolvi-

mento de parcerias internacionais; missões e eventos sectoriais realizados e/ou promovidos pela EEN, no país e no estrangeiro.

UNIC, LDA APOSTA NOS PAÍSES BÁLTICOS

O fornecimento de materiais para caixilharia de janelas e outros artigos de construção civil estão entre os pedidos de encomenda de empresas da Lituânia, Estónia e Moldávia, que a portuguesa UNIC – Gestão de Projetos, Construção e Reabilitação, Unipessoal Lda, situada na Chamusca, recebeu.

Ivete Estrela, responsável por esta microempresa, que aderiu à EEN em março de 2017, confirma o alcance e a eficácia da rede. Relevou o facto de o perfil da empresa “após um rigoroso diagnóstico à empresa feito pelos técnicos da AIP, ter sido muito bem elaborado” e partilhou a sua experiência: “logo após termos publicado o nosso perfil, tivemos

Destacamos, pela importância que revestiu a sua participação nesta rede, três casos de sucesso de internacionalização de PME portuguesas.



exposição internacional e recebemos manifestações de interesse por parte de outras empresas. Todas as semanas nos chegam pedidos de fornecimento de materiais para a construção civil. Estamos a crescer e vamos ter de contratar mais pessoas”.

Construção de edifícios (residenciais e não residenciais), arquitetura, consultoria científica, técnica e design são as áreas de atuação da UNIC, criada em janeiro de 2018. ■

APOIAR AS PME NA INTERNACIONALIZAÇÃO



O apoio às empresas junta de si

DATASAFE AVANÇA PARA O REINO UNIDO

A participação na rede da EEN foi decisiva para que a **Datasafe** empresa sediada nas Caldas da Rainha, alargasse a sua atividade com o estabelecimento de uma parceria com AMPACK, fabricante inglês especializado em sacos de segurança invioláveis e outros produtos de segurança.

“O apoio da EEN possibilitou-nos encontrar um parceiro com quem estamos a trabalhar, e revelou-se de extrema importância para o desenvolvimento e implementação de novas áreas de negócio da Datasafe”, assegurou Hugo Macedo.

Criada em 2013, a Datasafe disponibiliza produtos específicos de segurança para particulares e empresas, nomeadamente bolsas, envelopes, etiquetas, fitas e selos que asseguram a inviolabilidade da correspondência e da mercadoria, e fornece serviços de gestão e armazenamento de backups, em formato físico, como fitas e discos rígidos.

Em fevereiro de 2017, a Datasafe mostrou interesse em ser acompanhada no âmbito do



projeto EEN, dado que uma das suas estratégias de curto prazo seria a comercialização de novos serviços de segurança além-fronteiras. Pretendia identificar empresas estrangeiras com as quais pudesse concretizar uma parceria comercial.

Com o apoio da AIP, e através do projeto EEN, deu-se início ao acompanhamento que passou por dar a conhecer oportunidades de negócios existentes na base de dados europeia e na resposta às mesmas, bem como a criação de um perfil de empresa cujo objetivo era identificar empresas fabricantes e fornecedores de sacos e selos de segurança. Foi na sequência desse processo que a Datasafe recebeu uma manifestação de interesse por parte de uma empresa do Reino Unido, a AMPACK, com a qual veio a estabelecer um contrato de distribuição. ■

METATHESIS INICIA INTERNACIONALIZAÇÃO

A empresária Isabel Rodrigues, fundadora da **Metathesis** em 2000, considera “um privilégio estar na rede com a empresa de construção e especialista em reabilitação.

Nesta área, queremos avançar para a construção cem por cento sustentável, com classe energética A+. Lancei, através da EEN, um pedido internacional para receber contactos de fornecedores nesta área de energias sustentáveis. Obtive muitas respostas e estou a contactar algumas dessas empresas.

A rede funciona muito bem e tem uma equipa extraordinária. Sou o exemplo vivo de que este sistema funciona”.

A empresa está focada na reabilitação e renovação de edifícios antigos e tem como objetivo cumprir o Regulamento NZEB até 2020 introduzindo uma nova forma de reconstrução.

E vai avançar com um projeto inovador de casas totalmente sustentáveis. ■

OPORTUNIDADES de negócio



ACASO ESTAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO INTERNACIONAIS INTERESSAM À SUA EMPRESA?

Peças torneadas de precisão, trefiladas profundas e peças de fundição; peças de reposição para indústria automóvel; casacos; e papelão ondulado usado; são alguns dos artigos procurados no âmbito das oportunidades de negócio internacionais que a AIP esta semana divulga. Têm origem, entre outros mercados, no Reino Unido, Polónia, Alemanha e Qatar. Em complemento, todos os meses são colocadas na plataforma Enterprise Europe Network mais de 500 oportunidades de negócio internacionais. Conheça estas e outras oportu-



tunidades de negócio em **EEN.Portugal@aip.pt**.

Solicite **apoio gratuito**.

A Enterprise Europe Network – da qual a AIP é membro – é uma iniciativa da Comissão Europeia e constitui a maior

rede de serviços de informação e aconselhamento às empresas na Europa. Dispõe de cerca de 600 pontos de contacto espalhados por mais de 60 países. Estes serviços não têm quaisquer custos para as empresas que pretendam deles usufruir. ■

**NEGÓCIOS
NO
MUNDO**

Iniciativa conjunta de 8 Associações Empresariais para apoiar as PME portuguesas na internacionalização

MISSÕES EMPRESARIAIS | FEIRAS INTERNACIONAIS | MISSÕES INVERSAS
CAPACITAÇÃO DE EMPRESÁRIOS | WORKSHOPS TEMÁTICOS

Promotores



Apoio Cofinanciamento



AIP DESENVOLVE PROJETO DE FORMAÇÃO EM ANGOLA

A AIP, em consórcio com a CESO, está a desenvolver um projeto de formação para o Ministério da Economia e Planeamento de Angola no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.



O desenvolvimento de um conjunto de ações de formação que irão envolver 700 micro, pequenas e médias empresas, 200 funcionários públicos de vários ministérios e institutos e 100 formadores e investigadores angolanos iniciou-se no fi-

nal do mês de outubro e decorre até final de janeiro de 2020. Entre outros, as ações de formação abordam os seguintes temas: produtividade, plano de negócios, gestão de projetos, comércio internacional, marketing, liderança e team building.

A formação terá lugar nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Cabinda e Huambo.

O projeto incluiu, numa fase prévia, um diagnóstico de necessidades de formação suportado em entrevistas, focus group e questionários, que teve por objetivos identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento de competências, numa perspetiva de território e clusters; definir novos modelos formativos e perfis de competências, para promover a economia angolana e competitividade empresarial; e contribuir para as políticas de desenvolvimento estabelecidas pelo Governo, no âmbito da capacitação e qualificação profissional, através da produção de informação de apoio à tomada de decisão e definição de linhas de atuação.

O desenvolvimento de uma plataforma de e-learning está também contemplado no projeto. Esta plataforma permitirá desenvolver ações de formação em formato de sala de aula virtual e assim abranger micro e pequenas e médias empresas localizadas em áreas geograficamente dispersas. ■



“Para que lado cai a Rússia?”

Cai para a natural atração que a Europa sempre exerceu de forma mais ou menos fascinante sobre as elites russas ou encosta-se definitivamente à China?”

Quer o título, quer as frases seguintes são da autoria de Luís Amado, chairman da EDP, e foram proferidas aquando da realização da iniciativa da AIP, Open Days. “Estamos mergulhados numa profunda transformação do sistema do poder mundial, da relação de forças entre as principais potências, mas também da relação de forças entre os principais centros de poder regional e global. E estamos longe de encontrar uma situação de re-equilíbrio no sistema internacional e na ordem mundial”.

Aceda à intervenção na íntegra.

“A pressão sobre os recursos energéticos é cada vez mais impressionante porque o fator geopolítico mudou as regras do jogo, pôs enorme pressão sobre os recursos naturais e o fator tecnológico acelerou o processo de inovação que o setor hoje vive e sobretudo acentuou o problema decorrente da resposta às alterações climáticas”.

“A tendência para a renovação do paradigma energé-



LUÍS AMADO

CHAIRMAN DA EDP

tico, a tendência para uma transição energética mais rápida, e para a energia renovável é irreversível, e vai acelerar-se. O que está a passar-se na mobilidade elétrica vai precipitar uma mudança

muito grande nos nossos hábitos de vida e de consumo, e quem não estiver atento a isso não está atento às transformações importantes que estão a ocorrer no sistema internacional”. ■

“Não existe uma região em Portugal onde a percentagem de pessoas mais jovens, de 30 a 34 anos de idade com ensino superior, seja maior do que 30 %”

Quer o título, quer as frases que se seguem são da autoria de Miguel St. Aubyn, professor catedrático de economia no ISEG, e foram proferidas aquando da realização da iniciativa da AIP, Open Days. “Temos uma disfunção na nossa economia: não só não graduamos um número significativo de pessoas como uma parte dos nossos graduados emigram e vão beneficiar a competitividade noutros países da Europa mais central”. **Aceda à intervenção na íntegra.**

“Um dos aspetos fundamentais onde Portugal quase não tem evoluído é a produtividade do trabalho. Uma das razões pelas quais estamos neste campeonato inferior é a falta de investimento. Mas não explica tudo. Nos últimos anos, o capital público e o capital privado não progrediu de uma forma que pudesse levar-nos a crer que a produtividade do trabalho aumentaria. Talvez mais que essa falta de capital físico, temos uma falta clara de capital humano”.



MIGUEL ST. AUBYN

PROFESSOR CATEDRÁTICO DE ECONOMIA NO ISEG

“Conseguimos, pela primeira vez, de uma forma que não se sabe se veio para ficar, ter um saldo da balança comercial positiva. Houve vários aspetos que concorreram para isso: houve um mecanismo chamado de desvalorização interna, um sucedâneo daquilo que é a desvalorização cambial. Houve também a capacidade das empresas substituírem o mercado interno pelo externo e passa-

rem a exportar. Isso teve consequências macroeconómicas importantes. Pode ser que uma economia mais aberta tenha resultado destas alterações. Isso será um aspeto positivo. Somos uma economia excessivamente fechada para as nossas características, para o nosso tamanho, para aquilo que se esperaria de um país na União Europeia, até com o nosso nível de desenvolvimento”. ■

PREVISÕES ECONÓMICAS 2019-2020

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Imprevisibilidade | É expectável uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa no futuro próximo.

O ritmo da atividade económica mundial continua fraco. O crescimento do PIB mundial que cresceu 3,6% em 2018 deverá apenas crescer 3,0% em 2019, o nível mais baixo desde 2008-2009.

Abrandamento do crescimento

económico mundial | A redução do crescimento económico está a verificar-se de forma generalizada nas diversas regiões do mundo. Nas economias avançadas, de relevar as quebras verificadas nas principais economias da Área Euro bem como nos Estados Unidos da América (de 2,3% para 1,7%).

As economias emergentes e em desenvolvimento apresen-

tam também ritmos de crescimento menores, embora ainda com níveis de crescimento significativos. A China deverá crescer 6,1% (-0,5 p.p. em 2018), a Índia 6,7% (-0,1 p.p.) e a Rússia 1,1% (-1,2 p.p.).

Comércio mundial em desaceleração

| O comércio mundial cresceu 1% em 2019, após 4,2% em 2018.

O aumento das tensões comerciais e geopolíticas au-

Economia Internacional - Produto Interno Bruto			
	(variação real anual em %)		
	2018	2019	2020
Mundo	3,6	3,0	3,4
Economias Avançadas	2,3	1,7	1,7
Estados Unidos	2,9	2,4	2,1
Japão	0,8	0,9	0,5
Área Euro	1,9	1,2	1,4
Alemanha	1,5	0,5	1,2
França	1,7	1,2	1,3
Itália	0,9	0,0	0,5
Espanha	2,6	2,2	1,8
Reino Unido	1,4	1,2	1,4
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,5	3,9	4,6
China	6,6	6,1	5,8
Índia	6,8	6,7	7,0
Rússia	2,3	1,1	1,9
México	2,0	0,4	1,3
Brasil	1,1	0,9	2,0

Fonte: FMI - World Economic Outlook, Outubro 2019

Em 2020, as perspetivas para o crescimento mundial ainda que ligeiramente mais favoráveis, são ainda inferiores às de 2018, e com um alto grau de incerteza quanto à evolução da conjuntura internacional.

mentou a incerteza sobre o futuro do sistema de comércio global e da cooperação internacional, afetando a confiança das empresas, as decisões de investimento e o comércio global.

PREVISÕES ECONÓMICAS 2019-2020

▶ ENQUADRAMENTO NACIONAL

Com base nas previsões existentes e que já contemplam a revisão recente das séries de contas nacionais e de balança de pagamentos (ver caixa), a economia portuguesa deverá crescer 1,9% em 2019, valor inferior em 0,5 p.p. ao de 2018.

Abrandamento do crescimento económico em Portugal | O abrandamento da atividade económica em Portugal em 2019 deverá refletir o menor contributo das exportações, num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa. Estima-se que o contributo da procura interna se mantenha inalterado, com uma ligeira desaceleração do consumo privado e um maior dinamismo da FBCF, em particular na primeira metade do ano. Em termos intra-anuais, o crescimento do PIB deverá manter-se relativamente estável ao longo do ano, com uma taxa de variação homóloga de 2,0% e 1,9% no primeiro e segundo semestres, respetivamente.

NOVA SÉRIE DE CONTAS NACIONAIS PORTUGUESAS

Foi publicada pelo INE, em 27 de setembro de 2019, uma nova série de dados das Contas Nacionais Portuguesas, que contempla não só a mudança do ano base, de 2011 para 2016, como incorpora também nova informação e novos desenvolvimentos metodológicos.

“Em resumo, as principais alterações introduzidas foram de dois tipos:

a) Apropriação de nova informação:

Inquérito às despesas das famílias; Inquérito ao turismo internacional com impacto no nível e sobretudo na repartição das despesas de turismo entre negócios e lazer e entre bens e serviços, com reflexos na repartição destas despesas em (i) consumo final e consumo intermédio e (ii) comércio internacional de bens e comércio internacional de serviços; Nova série da Balança de Pagamentos (sendo de destacar na perspetiva do cálculo do PIB a informação sobre turismo, serviços de transporte e comércio eletrónico); Maior detalhe de informação de natureza fiscal disponibilizada pela Autoridade Tributária;

b) Desenvolvimentos metodológicos:

Alteração do método de cálculo do Consumo de capital fixo dos ativos intangíveis, sendo substituída a função de depreciação linear retardada por uma função geométrica (conforme recomendação do Eurostat); Alteração da afetação das vendas de veículos automóveis em Despesa de consumo final das famílias e Investimento, com base em informação detalhada sobre o Imposto Único de Circulação; Reclassificação de unidades institucionais; Reclassificação de transações, nomeadamente de despesas anteriormente registadas como Consumo final das Administrações Públicas para Despesas de consumo final das famílias; Registo das rendas imputadas pela utilização sazonal de habitações secundárias detidas por não residentes.”

PREVISÕES ECONÓMICAS 2019-2020

► Para 2020, o ritmo de crescimento previsto pelas diversas instituições é distinto, com o Ministério das Finanças a adiantar um valor de 2,0%, ligeiramente superior ao Conselho das Finanças Públicas (1,7%) e do Fundo Monetário Internacional (1,6%).

Melhoria da situação do mercado de trabalho | O emprego na economia portuguesa deverá continuar a crescer em 2019, mas a um ritmo menor (0,9%, que compara com 2,3% em 2018). A taxa de desemprego deverá reduzir-se 0,6 pp, para 6,4%, prolongando a trajetória de descida observada desde 2013.

Redução da taxa de inflação | A projeção para a inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC, situa-se em 0,4% em 2019, o que traduz uma redução face a 2018 (1,2%)

Redução da capacidade de financiamento da economia portuguesa | Em 2019, a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo da balança corrente e de capital, deverá situar-se em 0,5% do PIB, um valor inferior ao do ano anterior (1,4% do PIB).

A redução deste saldo é explicado pela deterioração da balança de bens e serviços,

refletindo um maior défice ao nível do comércio de bens e um menor excedente da balança de serviços.

Ao nível das restantes balanças, projeta-se uma melhoria do saldo das balanças de rendimento primário e secundário e uma estabilização do saldo da balança de capital.

Assinale-se o impacto positivo da redução de pagamentos de rendimento de investimento ao exterior - num quadro de manutenção de taxas de juro baixas - e do aumento das transferências recebidas da UE. ■

Economia Portuguesa - Previsões 2019-2020						
	2018	2019			2020	
	INE	BP	CFP	MF	CFP	MF
PIB real e componentes (variação em %)						
PIB	2,4	2,0	1,9	1,9	1,7	2,0
Consumo privado	3,1	2,3	2,1	2,2	1,9	2,1
Consumo público	0,9	0,5	0,7	0,9	1,2	0,9
Investimento (FBCF)	5,8	7,2	7,6	8,2	5,2	5,0
Exportações	3,8	2,3	2,7	2,9	3,1	3,9
Importações	5,8	4,6	4,6	5,4	4,0	4,1
Contributos para a variação real do PIB (p.p.)						
Procura interna	3,2	-	2,7	3,0	2,1	2,1
Exportações líquidas	-0,8	-	-0,8	1,0	-0,4	-0,1

Fonte: INE (set19), BP - Banco de Portugal (out19), CFP - Conselho das Finanças Públicas (out19), MF - Ministério das Finanças (out19)



AS ALTERAÇÕES AO REGIME DAS SOCIEDADES DE INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA (REIT'S)

SUMÁRIO

No dia 9 de setembro de 2019, entrou em vigor a Lei 97/2019, que vem alterar o regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária, regido pelo disposto no Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro de 2019. Esta alteração decorre da exigência da Assembleia da República em apreciar o diploma.

INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 19/2019, publicado no dia 28 de janeiro de 2019 (cfr. As novas Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (adiante “SIGI”)), sofreu alterações com a entrada em vigor da Lei 97/2019, de 4 de setembro.

O diploma introduz algumas alterações, nomeadamente, no que toca ao objeto social, à avaliação dos ativos, à dispersão do capital social e ao regime da perda de qualidade de sociedade de investimento e gestão imobiliária. Com a publicação do diploma é, ainda, clarificado o regime de tributação aplicável a estas sociedades.

O OBJECTO SOCIAL

Com a entrada em vigor da Lei n.º 97/2019, de 4 de setembro, o preceituado quanto ao seu objeto social sofre algumas alterações:

a) por um lado, é eliminada a expressão “ou para outras formas de exploração económi-

ca”, devendo, por isso, a aquisição de direitos de propriedade, direitos de superfície ou de outros direitos com conteúdo equivalente sobre imóveis ter em vista, única e exclusivamente, o arrendamento; e

b) por outro, passa a ler-se, agora na parte final do preceito, que, para além da aquisição de direitos de propriedade, direitos de superfície ou de outros direito com conteúdo equivalente sobre imóveis, também se encontrarão dentro do objeto social, outras “formas contratuais atípicas que incluam prestações de serviços necessárias à utilização do imóvel”.

Assim, as SIGI deixam de estar limitadas sobre o tipo de

AS ALTERAÇÕES AO REGIME DAS SOCIEDADES DE INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA (REIT'S)

▶ transação que subjaz a aquisição imobiliária, deixando de ser obrigadas a fazê-lo através de uma aquisição direta de ativos (asset deal), passando a poder fazê-lo, também, através da aquisição de participações sociais de sociedades que possuam imóveis (share deal), o que poderá também representar a possibilidade de incorrer em menor despesa fiscal no âmbito dessa transação.



De igual forma, passou a indicar-se expressamente que as SIGI podem adquirir participações noutras SIGI, incluindo aquelas que tenham sede em Portugal, aspeto que o legislador não havia acautelado na redação do Decreto-Lei n.º 19/2019.

A COMPOSIÇÃO E A AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS

Se nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 19/2019, publicado a 28 de janeiro de 2019, a avaliação dos imóveis era realizada pela SIGI e a metodologia e critérios através da qual aquela tinha lugar era pela mesma documentada, sendo essa documentação verificada pelo auditor encarregue da certificação legal de contas da socie-

dade. Com a nova redação do diploma passa a prever-se a necessidade de realizar uma auditoria externa independente, pelo menos a cada sete anos.

A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Relativamente à composição e dispersão do capital social, passa agora a admitir-se que a SIGI apenas venha a ter o seu capital detido, pelo menos em 20%, por acionistas com menos de 2% dos direitos de voto, no final do terceiro ano civil seguinte à admissão das ações em bolsa, ao passo que na versão anterior era exigido que esse limiar se verificasse imediatamente, no momento da admissão em mercado regulamentado.

Por outro lado, passa a determinar-se que a partir do final do quinto ano civil após a admissão em bolsa, 25% do capital social seja participado por investidores que tenham uma participação correspondente a um máximo de 2% dos direitos de voto.

Nesta medida, alargou-se o período dentro do qual o limiar tem de ser cumprido, mas introduziu-se um novo limiar mínimo de 25%.

A PERDA DE QUALIDADE DE SIGI

Relativamente à perda da qualidade de SIGI, os critérios são os mesmos anteriormente previstos, mas o legislador optou por isolar os mesmos.

Por um lado, o incumprimento da obrigação de manutenção do investimento imobiliário por um período mínimo de 3 anos, passa a ser automatizado, o que significa que assim que se verifique o incumprimento desta regra relativamente a apenas um dos imóveis, a sociedade perde imediatamente a qualidade de SIGI, deixando de se exigir o incumprimento simultâneo prolongado no tempo. ▶

AS ALTERAÇÕES AO REGIME DAS SOCIEDADES DE INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA (REIT'S)

► Por outro lado, a perda da qualidade de SIGI por incumprimento dos requisitos sobre composição do ativo constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º, deixa de verificar-se apenas com o incumprimento durante 2 anos consecutivos, para passar a prever-se a referida perda quando tal incumprimento ocorra em quaisquer 2 anos por cada cinco exercícios sociais.

O REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Aquando da publicação do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, surgiram dúvidas quanto ao regime tributário aplicável às SIGI.

Apesar de expectável que lhes fosse aplicado o regime dos Organismos de Investimento Coletivo, o legislador não o

havia referido expressamente, podendo tal entendimento ser decalcado do disposto no EBF quando refere que são tributados nos termos daquela disposição, as “sociedades de investimento imobiliário que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional”.

Assim, a regra geral é a de que as SIGI são tributadas nos termos gerais do Código do IRC, com as especificidades constantes do regime do EBF.

Na determinação do lucro tributável sujeito à taxa geral de IRC de 21%, são desconsiderados os rendimentos de capitais, os rendimentos prediais, bem como os incrementos patrimoniais (mais-valias), desde que estes rendimentos não provenham de tax havens.

Da mesma forma que são desconsiderados os proveitos acima referidos, são igualmente desconsiderados os gastos ligados àqueles rendimentos, bem como os gastos com comissões de gestão ou com comissões que revertam para a SIGI.

CONCLUSÃO

As alterações que entram em vigor em 9 de setembro de 2019 com a publicação da Lei 97/2019, de 4 de setembro vêm tornar o regime em análise mais adequado à realidade internacional destes veículos, procurando torna-los mais competitivos do que, por exemplo, os seus congéneres espanhóis. ■

Lisboa, 16 de setembro de 2019

CFO360
FINANCE FORUM 2019

Moving the Financial Community Forward

21 nov | 2019 LISBOA
Inscreva-se

Powered by: **EXESOR**

Oradores Convidados

- José Gomes Ferreira**
Diretor Adjunto Informação SIC,
SIC Notícias, SIC Online
- João César das Neves**
Professor catedrático de Universidade
Católica Portuguesa

Parceiro Estratégico

Associação dos Advogados Portugueses
CGL - CAMARA DE COMÉRCIO E INDUSTRIA

Inscrição livre

SANCHES OSÓRIO MEMÓRIAS DE UMA REVOLUÇÃO

MARIA JOÃO DA CÂMARA

Lisboa | Oficina do Livro . 2019
315 pág.



Um livro imperdível e entusiasmante, no qual a historiadora Maria João da Câmara traça um esboço biográfico de Sanches Osório e da sua vida. Descreve o seu envolvimento na preparação do 25 de Abril, nos dias do golpe, o papel que assumiu nos governos provisórios até ao 28 de Setembro, a sua oposição à radicalização do MFA, envolvimento no 11 de Março, exílio, criação do MDLP, oposição aos comunistas e posterior regresso a Portugal.

Sanches Osório, engenheiro, e oficial do Estado Maior,

foi um dos dois oficiais do Corpo do Estado Maior que esteve na preparação do golpe de Estado. Os pormenores do que se passou na preparação e na coordenação do golpe são muito interessantes, nomeadamente a reação do comando dos revoltados à chegada de Spínola; à hesitação de Salgueiro Maia na detenção do Ministro do Exército; a recusa dos oficiais da fragata de Gago Coutinho ao cumprimento das ordens do Comandante Seixas Louçã (pai de Francisco Louçã); agressão de Spínola a César Moreira Batista, etc.

Também são deliciosos alguns relatos do ambiente vivido durante o 1º governo provisório, nomeadamente no Conselho de Ministros. As reuniões demoravam para cima de 10 horas e Álvaro Cunhal relembra diversas vezes os preços dos carapaus e de outros géneros alimentícios, assuntos que a maioria dos ministros desconhecia.

As movimentações dos exilados, a criação do MDLP, as reuniões com os empresários Manuel Bulhosa, Miguel Quina, Queiroz Pereira, António Champalimaud, o papel de Jorge Jardim e a estratégia e os esforços

encetados para envolver a Igreja no movimento contra o poder comunista, são descritas com pormenor e com grande interesse histórico.

Segundo Sanches Osório, Jorge Jardim preparou um estratagema denunciando ao Copcon que o arcebispo de Braga D. Francisco da Silva, ia para o Brasil levando divisas. O golpe teve sucesso dado que o arcebispo, ao ser revistado pelos soldados no aeroporto da Portela, acabou por ficar em cuecas. Esta humilhação levou o arcebispo a admitir que tinha de ceder às pressões para que a Igreja se envolvesse no plano que ficou conhecido como Maria da Fonte. E foi a partir daqui que eclodiu o movimento de ataques às sedes do partido comunista que culminou com o 25 de Novembro.

O livro é um documento fundamental para compreender alguns episódios da nossa história contemporânea. ■

EU E OS OUTROS - UMA ESPÉCIE DE MEMÓRIAS

JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA

Lisboa | Gradiva . 2019
213 pág.



Para quem esperava um livro polémico com divulgações interessantes sobre os “outros” que surgem na capa, tem de admitir que o livro é uma desilusão. Todavia, são curiosos alguns episódios sobre a sua entrada como diretor do Expresso (único diretor que não foi jornalista), e alguns aspetos da vida pessoal e sua relação com o pai quando este esteve exilado em França.

Também se lê com interesse o que escreve sobre as razões de inveja em Portugal; sobre o humor humilhante que se faz em Portugal; o tratamento dado a si na SIC por um programas destes;

sobre os debates televisivos em que não se ouve uma ideia dado o atropelo constante dos comentadores ou políticos; e as declarações incendiárias de Mário Soares, bispos, reitores de universidades e alguns políticos do PSD, durante o período em que se viveu sob o resgate da Troika. ■

OS PLANOS BILDERBERG PARA PORTUGAL

RUI PEDRO ANTUNES

Lisboa | Matéria-Prima Edições
2015 . 211 pág



O livro descreve a estrutura organizacional do Clube, que na opinião do autor é o mais poderoso do mundo. Inventariou os seus órgãos dirigentes e caracterizou o

modelo dos convites e de quem é convidado. Enumera as personalidades portuguesas que pertencem aos seus órgãos e os que já foram convidados a participar nas suas reuniões.

Divulga também as personalidades que recusaram os convites: em Portugal, Pedro Passos Coelho; no estrangeiro, Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Estabelece depois as correlações entre os principais acontecimentos que ocorreram em Portugal e no mundo e os planos do Clube Bilderberg, nomeadamente no 25 de Abril, crise financeira de 2009, e até no escândalo de Dominique Strauss Kahn, que segundo o autor defendia uma sociedade mais igualitária e combatia os malefícios da globalização.

Para o autor, o Clube Bilderberg é a encarnação do diabo e todo o livro se baseia em narrativas próximas das teorias da conspiração. ■

ne NEGÓCIOS&EMPRESAS

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa | Portugal

www.aip.pt